

Economia Informal, Mercado de trabalho e Políticas Públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense

Informal economy, job market and Public Politics: initials notes for a study from north of the state of Rio de Janeiro

Hernán Armando Mamani

Doutor em Planejamento Urbano e Regional – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano –
Universidade Federal do Rio de Janeiro

hernan@fst.com.br

RESUMO: Este trabalho trata da economia informal, nos municípios do Norte Fluminense a partir de 1998, e investiga a relação entre Estado, Economia e Sociedade na configuração destes mercados de trabalho. Sustenta-se aqui que, apesar da valorização da economia informal como área de atuação de políticas sociais, estas desconhecem as relações sociais envolvidas. Isto afeta, não apenas a eficácia de tais ações, como também o desempenho de políticas públicas de desenvolvimento. O texto é um exercício de construção de objeto: partindo de uma breve contextualização realizada a partir de notícias de jornais da cidade de Campos dos Goytacazes sobre políticas sociais e economia regional, e de estudos econômicos recentes, confrontam-se estes dados com a teoria e os campos de debate, propondo as hipóteses da pesquisa “Economia Informal, mercado de trabalho e Políticas públicas no Norte Fluminense”.

Palavras-chave: Economia informal – região - mercado de trabalho.

Informal economy, job market and Public Politics: initials notes for a study from north of the state of Rio de Janeiro

ABSTRACT: This work deals with informal economy, in cities from the north of the state of Rio de Janeiro since 1998, and investigates the relationship among State, Economy and Society on configuration of job markets. It is sustained here that, although the valorization of informal economy as a performance area to social policies, these policies unaware the social relations involved. This affects, not only effectiveness of such actions, as well as the public policies of development performance. The text is an exercise of object construction: leaving from a brief contextualization accomplished as well as the public policies of development performance in Campos dos Goytacazes about social policies and regional economy, and of recent economic studies, collates these data with the theory and fields in debate, considering the hypotheses of the research “Informal Economy, job market and public policies in the north of Rio de Janeiro state”

Word-key: Informal economy – region - job market

Introdução

A economia do Norte Fluminense é descrita habitualmente como estagnada e obsoleta. Nela predominam as pequenas empresas, cuja estrutura produtiva não propicia a inovação tecnológica e organizacional mas a baixa competitividade e a produção voltada ao mercado local¹. Não obstante, Campos dos Goytacazes – cidade pólo da região - é nacionalmente

¹ La Rovere & Carvalho, 2005.

famosa por denominar a bacia petrolífera cujo centro de expansão fica, aliás, em Macaé. Esta é uma questão nevrálgica no debate local: Macaé parece “comandar” a mudança econômica em toda a região, a partir da segunda metade de 1990. E sua pujança altera, não apenas o mercado regional de trabalho, senão, também, o “peso” relativo dos municípios na região. Por outro lado, recursos oriundos dos *royalties* petrolíferos permitem, desde 1998, aos municípios, desenvolver políticas sociais de geração de emprego e renda, bem como ofertar facilidades visando atrair investimentos produtivos. Chama atenção a ênfase dada pelas autoridades municipais a esses projetos e o eco que encontra na imprensa, onde é comum falar sobre a necessidade de aproveitar a conjuntura econômica atual para “alavancar” e diversificar a matriz econômica da região. Nesse contexto, as políticas municipais promovem – como principais formas de intervenção - cursos de “geração de trabalho e renda” visando tanto formar mão-de-obra, adequada às necessidades dos novos empreendimentos quanto estimular a economia informal.

A valorização desta última como “espaço” adequado para o direcionamento de políticas de geração de trabalho e renda, de política assistencial tais como aquelas voltadas a catadores de papel e a pessoas com deficiência mental ou ainda, como área de atuação de cooperativas, apresenta graves limites teóricos. Os termos, economia ou setor informal, não definem uma prática ou relações sociais específicas. Alude apenas às formas de trabalho e organização produtiva, diferenciadas do trabalho assalariado e da grande indústria². Por esse motivo, defende-se aqui a necessidade de refletir se esse tipo de política é capaz de alcançar seus objetivos, se é adequada às práticas sócio-econômicas regionais e se é apropriada ao público alvo. Essas perguntas resumem-se numa única questão: caso se aspire a estimular a economia informal³, como fazê-lo quando se desconhece como a mesma funciona? Este ponto serve de eixo articulador num exercício de construção de objeto pesquisa, partindo de uma breve contextualização realizada com base em notícias de jornais da cidade de Campos dos Goytacazes sobre políticas sociais e economia regional, bem como em estudos econômicos recentes, à luz da teoria e dos campos de debate, para propor as hipóteses da pesquisa “Economia Informal, mercado de trabalho e Políticas públicas no Norte Fluminense”.

I. Economia regional e políticas de trabalho e renda em Campos dos Goytacazes

² Ver Lautrier(1994) e Mingione (1993).

³ Será mostrado mais adiante que a política municipal pretende estimular o emprego e/ou a economia informal.

Há poucos dados sobre o trabalho informal⁴ fora das grandes metrópoles⁵. A informação disponível sobre o trabalho e o mercado de trabalho origina-se na RAIS/MT (Relação Anual de Informação Social do Ministério do Trabalho) que fornecem dados oficiais sobre o emprego, ou nos censos nacionais⁶, cujos dados ficam rapidamente defasados. Há que frisar, contudo, que Campos dos Goytacazes e a região Norte Fluminense possuem um volume considerável de informações quando se considera a caracterização econômica e suas transformações. Nesses estudos, a economia vem sendo descrita como saindo de um longo período de estagnação resultante da decadência da economia sucroalcooleira, e, em consequência do pouco dinamismo da produção rural considerada uma vocação regional⁷. Por tais motivos e pela pouca representatividade das atividades industriais, as áreas urbanas onde os trabalhadores rurais residiam, desde os anos 80, transformaram-se em bolsões de pobreza⁸, num processo de formação de favelas e áreas segregadas contemporâneo, ao das grandes metrópoles.

Gráfico 1 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual do Emprego Formal Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes – 2001-2003

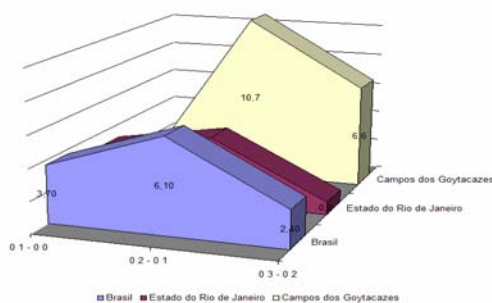
⁴ Chamo trabalho informal indiscriminadamente ao trabalho por conta própria, ao trabalho assalariado não registrado, a formas precarizadas de trabalho como os biscates e os bicos, aos pequenos empreendimentos econômicos que não usam trabalho assalariado ou outras formas de trabalho como cooperativas ou familiares.

⁵ LEMOS, 2001

⁶ Apenas o tratamento dos microdados alguma informação a respeito do assunto.

⁷ LA ROVERE & CARVALHO, 2005

⁸ BENETTI, 1985



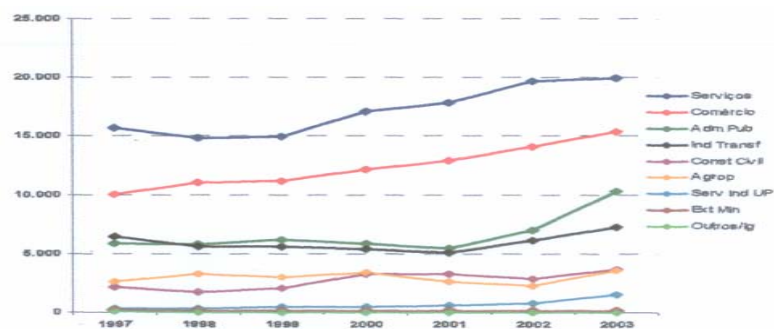
Fonte: Prefeitura Municipal de Campos com dados da RAIS / TEM.

Nota: Estoque de Emprego em Dezembro de cada ano.

Os dados mostram que predominam, no município, as pequenas empresas. Segundo La Rovere & Carvalho (2005), 93% das empresas de Campos eram microempresas concentradas, na produção de bens agrícolas; a produção de alimentos e bebidas; a cerâmica (principalmente cerâmica vermelha); o setor moveleiro e o setor de confecções. Tal quadro reverte-se, a partir de 2000. Desde então, o emprego cresce a taxas superiores às do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, como mostra o Gráfico 1.

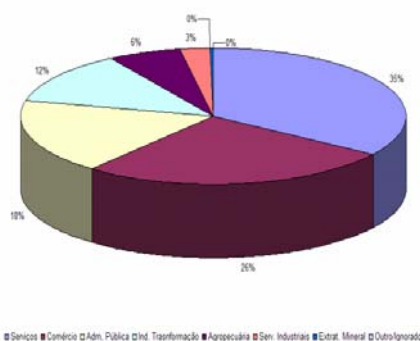
O crescimento do emprego não se deve à expansão da atividade industrial. Entre 1997 e 2003 os empregos cresceram mais nos serviços, no comércio, na administração pública, do que na indústria de transformação, como ilustra o Gráfico 2. Já o Gráfico 3 mostra que o comércio e a administração pública são responsáveis por quase três quartos da oferta de trabalho no município.

Gráfico 2 - Evolução dos empregos formais por atividade econômica –1997 – 2003



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos, 2006

Gráfico 3 - Distribuição do Emprego Formal por Atividades Econômicas - Município de Campos Dos Goytacazes – 2003



Fonte: MTE – RAIS (2003).

Há que assinalar ainda que o mercado de trabalho e a economia regional têm crescido significativamente a partir da expansão de Macaé. A partir de dezembro de 2000⁹ o volume de emprego de Macaé superou o de Campos correspondendo, em dezembro de 2004, a 64.171 vagas de trabalho contra 58.425 respectivamente¹⁰. Mas os dados da RAIS não correspondem aos do senso de 2000. Segundo este, o número de trabalhadores ocupados em Campos era de

⁹ NETO, 2005

¹⁰ Isto não quer dizer muito em termos de mercado de trabalho pois o senso de 2000 aponta para um perfil em que o trabalho informal representava 64,1% das atividades em campos contra 53,8 % de Macaé. (SILVA & CAVENGI, 2006)

145.747 contra 55.649¹¹. A inconsistência explica-se em grande parte pelo fato da localização do emprego não corresponder ao local de moradia dos trabalhadores.

Por outro lado, essa relação explica não apenas o intenso fluxo de trabalhadores nos municípios da região, mas o crescimento populacional de Macaé e dos municípios de seu entorno. Trata-se de um fenômeno demográfico importante e pouco estudado¹². Do mesmo modo o crescimento das atividades relacionadas à produção de petróleo e sua transformação, tornou a cidade de Macaé um mercado atrativo para executivos e empresários¹³. Os salários pagos a eles seriam superiores aos de São Paulo e Campinas¹⁴.

Essa mudança econômica e populacional leva Souza a afirmar que

...a presença de migrantes, nacionais e estrangeiros, atraídos pelo crescimento da economia na região promoveu uma mudança nos padrões de consumo regional que se evidencia pela emergência de uma cultura econômica moderna, com a instalação de grandes redes de supermercados, restaurantes, e *shopping-centers* (SOUZA, 2004, *apud* NETO & AJARA, 2006, p. 3)

Macaé, então, uma cidade “ligada aos circuitos mundiais da economia. (...) Enquanto Campos dos Goytacazes (...) pese a importância do crescimento significativo do setor de serviços ligados à área de ensino”, permaneceria ligada a uma economia tradicional¹⁵.

Considera-se esta afirmação exagerada e parcial. Campos parece compartilhar com outros pólos regionais a expansão do ensino universitário¹⁶, dos serviços de saúde e do comércio, bem como o estímulo ao mercado imobiliário¹⁷ e a construção civil. Mas este não é foco deste trabalho. É evidente que o peso econômico de Macaé muda a relação entre as cidades da região. Contudo, Campos parece preservar uma posição central. Articula os fluxos casa – trabalho, na região¹⁸ recebendo, também movimento diário e semanal de estudantes

¹¹ Elaborado a partir de microdados do censo de 2000, elaborados por Silva & Cavenghi (2006).

¹² SILVA & CAVENGHI, 2006.

¹³ Segundo o Jornal do Brasil (16 ago. 2004) a cidade teria passado da 68ª posição para o segundo lugar no ranking (FGV) das 100 melhores cidades para se trabalhar.

¹⁴ O GLOBO, 08 ago. 2004.

¹⁵ NETO & AJARA, 2006; MAMANI, 2004.

¹⁶ Juiz de Fora, Volta Redonda e mesmo Itaperuna no Noroeste Fluminense.

¹⁷ Isto corresponde ao que mais à frente chamarei economia de fluxos.

¹⁸ A cidade de Campos opera como um centro de interconexão de transportes.

universitários que acodem às instituições de nível superior (em número maior que onze), bem como usuários de hospitais, serviços e comércio¹⁹.

Explica-se assim que alguns pontos da área central de Campos concentrem um grande volume de comércio informal (camelôs) e comércio popular e que, da mesma área, parte o transporte informal²⁰ - legalizado ou não - para alguns distritos mais distantes do município, para todos os municípios vizinhos bem como para Macaé, Rio das Ostras, Rio de Janeiro e Niterói. Há que notar, ainda, que apesar de não ser muito visível, é bem expressivo o volume de transporte informal dentro da própria cidade.

Quanto a Macaé, o transporte informal integra todas as cidades da região. A circulação informal, apesar de estar sendo reprimida nos últimos meses, continua ligando a cidade ao Rio de Janeiro, a Campos, e a um grande número de cidades e distritos do Norte Fluminense, bem como à Região dos Lagos, Nova Friburgo, Rio Bonito e Casemiro de Abreu.

Em suma, quando o crescimento de Campos é pensado como parte dessa rede geográfica, destaca-se por sua centralidade regional. Tal crescimento, embora não seja tão evidente como em Macaé, é assinalado pelas estatísticas: crescimento do emprego e do PIB²¹, do comércio e dos serviços. Explica-se assim, também, o aumento do número de empresas²² de construção, bem como do emprego nessa área²³. A cidade vive um momento considerado promissor, que vem, sem dúvida, acompanhado da proliferação de atividades informais no comércio, nos transportes e na construção²⁴.

Este processo, apesar de sua visibilidade, permanece total ou parcialmente desconhecido e à margem das políticas de desenvolvimento e de geração de emprego e renda. Quanto às políticas sociais, o município de Campos prioriza os que visam formar mão-de-obra. Em relação às políticas de desenvolvimento, predomina a promoção da cidade no intuito de atrair investimentos. Neste último caso, *royalties*²⁵ assumem grande importância.

¹⁹ Por outro lado apesar de menos dinâmica, Campos continua sendo um pólo regional, como mostra Motta (2002).

²⁰ Em nenhuma outra cidade da região verifica-se o fenômeno com igual intensidade.

²¹ Ver Prefeitura Municipal de Campos (2006).

²² Ver Folha da Manhã (30 jul. 2006). O jornal informa, ainda que em 2006 criaram-se 6000 novos empregos no setor e existiam 159 obras.

²³ não evidenciado pelas estatísticas mas identificada pelo aumento de acidentes de trabalho na área.

²⁴ Recordar que o transporte estimula o mercado imobiliário.

²⁵ A partir de 06 de agosto de 1998, os *royalties* passaram a serem recolhidos à Secretaria do Tesouro Nacional (DARF) e distribuídos aos beneficiários pela ANP Agência Nacional do Petróleo), conforme Decreto 2.705/98 e

Em se tratando de Campos existe o “Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAM, criado pela Lei Nº 7084, em 2001, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento do município através do financiamento de projetos que gerem trabalho e renda. A pertinência desses projetos é avaliada pelo Conselho Gestor encarregado da análise e avaliação de cada investimento proposto”. A prefeitura informa que, desde sua inauguração, aprovou 53 projetos que geraram 4.374 empregos diretos.

Em verdade, a atração de grandes investimentos para região tem concentrado os esforços das autoridades estaduais e de todos os municípios da região. Nesse sentido, Campos e o Governo do Estado promoveram uma grande mobilização em 2005 pela construção de uma Refinaria de Petróleo no Norte Fluminense. Por outro lado, nos últimos meses, Campos e Quissamã investem na construção de um porto *off-shore* na Barra do Furado, enquanto São João da Barra e Campos esperam a construção de um Minerioduto²⁶ e um porto no Açú. Mas isto faz parte do mundo das possibilidades, pois nada foi concretizado.

Essas políticas, de promoção²⁷ do lugar, apresentam-se, curiosamente, como de geração de emprego e renda, termos quase idênticos aos que denominam e justificam as políticas de geração de trabalho e renda. Neste caso a Prefeitura leva a cabo o Programa Qualificar: Cursos de Geração de Renda, oferecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social da Prefeitura de Campos. São cursos destinados à formação de eletricitas, padeiros e ao ensino de artesanato em geral como: confecção de bijuterias, bordados a mão, uso de tear, preparação de os doces, etc.. Esses cursos, segundo a Coordenadora aspiram a “gerar renda no mercado formal ou informal”²⁸.

Não há estudos sobre o sucesso ou não desses cursos realizados já cerca de 20 anos²⁹. Uma coisa é certa e prova o desconhecimento do funcionamento dos mercados informais e práticas econômicas envolvidas: no verão de 2006 foi realizado um curso de Babás e outro de açougueiros por sugestão da primeira dama municipal³⁰ que considerou que há poucos profissionais nessas áreas. Que critérios sustentam aquelas políticas?

calculados com base em outros critérios, sendo alíquotas diferenciadas por campo (contrato de concessão) e preço de referência, parametrizado em preços internacionais.

²⁶ Duto que transportará minério desde Minas Gerais até o Porto do Açú, e São João da Barra.

²⁷ Abstraio o fato de existir o Serviço Nacional de Emprego (SINE) cuja principal política é a reinserção.

²⁸ <http://www.campos.rj.gov.br/ultimasnoticias.php>.

²⁹ <http://www.campos.rj.gov.br/ultimasnoticias.php>.

³⁰ <http://www.campos.rj.gov.br/ultimasnoticias.php>.

Finalizando, o processo em que se insere o crescimento da economia informal em Campos e região, parece estar ligado à modernização econômica ocasionada pela expansão da produção de petróleo. Mostra-se, contudo, mais complexo do que parece no comum das abordagens e envolve aspectos que permanecem ignorados pela maioria dos envolvidos. Há, como demonstrado um crescimento da construção, na qual predominam as relações informais³¹, envolvendo a migração e a precarização das relações de trabalho, principalmente nos pequenos e médios investimentos.

Outrossim, a circulação vê-se fortemente afetada não somente pelo aumento de automóveis ônibus e caminhões na região, que eleva o número de acidentes na BR 101, denominada estrada da morte. Há crescimento no número de fretamento por ônibus. E mais: a interconexão informal realizada por vans, kombis e automóveis se espalham por toda a rede de cidades e localidades³², estimulando o comércio - formal e informal -, Camelôs, ambulantes chineses e, ocasionalmente, libaneses recém chegados.

Consideramos que o desconhecimento dos fatos advém da ignorância das dimensões envolvidas. Ignoram-se as práticas envolvidas na economia informal, sua dimensão societária, presente na configuração das redes econômicas, bem como hierarquias e padrão de atividades. E, por último, ignora-se a dimensão espacial das práticas.

II. Fundamentação teórica

Em termos teóricos o tema será abordado mediante os seguintes eixos analíticos. Relacionam-se, primeiramente, as problemáticas da reestruturação produtiva, do trabalho e da questão social. Em seguida, a partir de uma perspectiva geográfica, trata-se da economia informal associando-a aos conceitos de modernização e à teoria dos circuitos da economia urbana e regional. Finalmente, articulamos a mesma questão à problemática dos mercados de trabalho e da reprodução social.

1. Reestruturação produtiva, Trabalho, Questão social

Nas últimas décadas as mudanças econômicas vêm transformando o mundo do trabalho,

³¹ MAMANI, 1996.

³² Pesquisa de Campo.

associado ao processo de reestruturação produtiva internacional. Nesta, segundo Abreu et al. (1995; 1998) difundem-se novas tecnologias, formas de organização de produção e reorganização dos mercados. O trabalho passa por um processo de reorganização e elevação da produtividade que afeta o volume e distribuição do emprego, o perfil e hierarquia das qualificações e os padrões de gestão. Poder-se-ia deduzir que a produção baseada no uso extensivo de mão-de-obra semi-qualificada foi abandonada e substituída por outra, baseada no uso intensivo de mão-de-obra qualificada, polivalente e cooperativa³³. Segundo os mesmos autores, na esfera política o processo corresponde ao abandono de políticas de desenvolvimento baseadas na substituição de importações e na adoção de políticas de ajuste que, associado ao enxugamento produtivo, conduzem ao desemprego estrutural, à concentração de renda e ao desmonte do sistema público de proteção social.

O termo reestruturação produtiva designa um vasto processo de mudança nas relações de produção, de redefinição dos papéis dos Estados nacionais e das instituições financeiras, abordadas usualmente como representativas de uma mudança no regime de acumulação (AGLIETTA, 1979, HARVEY, 1998) ou uma clivagem no paradigma industrial (PIORE & SABEL, 1984) que implicam em mudanças na estrutura social, de dimensões e profundidade pouco conhecidas.

Desde uma perspectiva sociológica, essa questão, pode ser abordada desde a problemática da crise do trabalho, colocada, habitualmente nos seguintes termos: as alterações na esfera produtiva provocam a diminuição do número total de vagas na indústria. Os operários perdem representatividade na composição da força de trabalho. O crescimento do emprego não-industrial, bem como a proliferação de relações de trabalho que utilizam outros modelos de organização (terceirização, sub-contratação, trabalho autônomo), torna heterogêneo o mercado de trabalho. Em consequência, a percepção dos interesses sociais, a autoconsciência, e o comportamento organizacional e político dos trabalhadores deixaria de ter o trabalho como critério fundamental.

Esta linha de raciocínio que aqui denomino “fim da sociedade do trabalho”³⁴ foi divulgada por Offe (1989). O autor levanta dúvidas sobre a validade da categoria sociológica trabalho na medida em que não é mais capaz de propiciar a formação de sujeitos coletivos. Teria se

³³ Pós-fordismo / toyotismo.

³⁴ Recordar que a teoria das classes decorrente da tradição Marxista já vem sendo questionada desde a década de 60. Ver Touraine (1984) e Pzeworski (1995).

“tornado abstrato”, uma categoria estatística descritiva e não mais “uma categoria analítica capaz de explicar estruturas, conflitos e ações sociais”³⁵. Há que registrar, ainda, que tal afirmação ocasionou uma grande polêmica sobre o lugar do trabalho e dos trabalhadores nas sociedades contemporâneas³⁶, que por economia de espaço, não explicarei aqui.

Uma outra forma de abordar a mesma problemática destaca que o decréscimo da oferta de trabalho industrial inviabiliza que este se torne meta e solução para alcançar integração social e garantia da igualdade, não apenas porque os trabalhadores não se identificam com sua atividade, mas também porque o desemprego e a diminuição do número de assalariados industriais limitam os fundos disponíveis para programas de proteção social e de renda mínima, típicos do Estado de Bem-Estar. Esta perspectiva, apresentada por Castel (1998), enfatiza o abandono do trabalho industrial, como parâmetro nivelador das diferenças sociais e condição de cidadania numa “sociedade salarial”. O desemprego e a impossibilidade de reincorporação na atividade industrial, bem como a assimilação das novas gerações pelo mercado de trabalho, trazem à tona uma “nova questão social”³⁷: o ressurgimento, nos países centrais, de uma população excedente, ocupando posições sociais vulneráveis, ameaçando a coesão social, restabelecendo a tensão e a anomia na relação economia-sociedade³⁸.

Na busca de solução para essa “nova questão social”, a economia ou setor informal, deixa de ser pensada como fenômeno marginal da economia urbana ou resquício da economia tradicional oriunda dos limites da modernização e da falta de desenvolvimento. Concebida, agora, como resultando do excesso de regulamentação, como sustenta, De Soto (1987) ou ainda como formas diversas de contrato de trabalho, como sustenta, Noronha (2003). Tende a ser considerada uma maneira de lutar contra a pobreza – por gerar trabalho e renda - e até mesmo como fator de desenvolvimento. A pequena empresa e o empreendedorismo são considerados agora cruciais³⁹, o que se traduz na promoção, por diversas vias institucionais, da competitividade e eficiência, tanto de empresas, quanto de trabalhadores; pela busca da qualificação profissional, ou melhor, de novas competências segundo um “novo espírito” polivalente e criativo, que destacaria o empreendedorismo econômico como qualidade, que

³⁵ OFFE, 1989, p. 21

³⁶ ANTUNES, 1999; GORZ, 1982

³⁷ Tomo aqui questão social um debate a respeito dos problemas sociais.

³⁸ Nos países periféricos trata-se da junção dos “velhos e dos novos pobres”. Ver Santos, Boaventura (1999)

³⁹ RIBEIRO, 1995.

igualaria o empreendimento de elite e o precário⁴⁰.

Em suma, o elogio ao empreendedorismo e ao setor informal, como alternativas de geração de trabalho e renda, ocorre em sintonia e sincronia com a redefinição dos objetivos das políticas sociais e econômicas pelos Estados e a reestruturação das empresas - inovação tecnológica é simultânea à inovação gerencial, à desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho e à terceirização. Contudo, a valorização da economia ou do trabalho informal, constitui muito antes que uma solução um grande problema do conhecimento. Como apontado por Mingione (1993), não constitui nem um setor ou uma prática, é uma zona obscura.

2. A economia informal, modernização e posições sociais: contribuições brasileiras à sociologia econômica

Um dos resultados dos debates em torno da categoria trabalho é o fortalecimento da sociologia econômica. Swedeberg (2004) aponta que por caminhos diversos, as escolas americana, inglesa e francesa, ao debruçarem-se sobre a economia⁴¹, estimulam a formação uma sociologia econômica mundial. Se assim for, há uma contribuição Latino-americana, e especialmente brasileira, que passa pelo conceito de economia ou setor informal⁴². Este resgate é importante já que a re-significação do setor ou economia articulada agora aos conceitos de globalização, fragmentação e exclusão, reproduz o antigo dualismo já criticado nos anos 70.

Enunciado em 1972 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴³, o conceito de setor informal, refletia a preocupação, por parte de economistas dos órgãos internacionais, com os limites da modernização e do desenvolvimento nos países do terceiro mundo, em cujos mercados de trabalho conviviam tanto atividades modernas como tradicionais, constituindo-se estas últimas, em obstáculo à modernização. A solução envolveria a superação da pobreza e a eliminação de entraves ao desenvolvimento econômico, pela supressão de setores e práticas econômicas não modernas. O conteúdo do conceito é, em verdade, anterior a sua formulação,

⁴⁰ RIBEIRO (1995). Ver também Singer (2004), Souza e Silva & Barbosa (sd), Tavares (2006).

⁴¹ Na tradição norte-americana, o mesmo autor fala de as noções de redes sociais e os conceitos de Polanyi de “embibimento”, redistribuição e retribuição. Na a tradição francesa destacam-se Bourdieu (2000), e Boltanski (1999; 1987).

⁴² Evitando o desperdício da experiência.

⁴³ OIT, 1972.

sustentando-se numa concepção dualista da economia nos países periféricos.

A crítica dos cientistas sociais brasileiros à CEPAL, entre os anos 60 e 80, denunciou - além de seu evolucionismo - que aquelas interpretações induziam ao erro ao utilizar, nas análises, modelos sociais e econômicos calcados na experiência dos países centrais⁴⁴, e por não serem capazes de perceber a intrincada relação entre os “setores”⁴⁵.

O conceito de setor ou economia informal apresenta, então, dificuldades empíricas e teóricas, pela imprecisão dos fenômenos que define e por estar marcado por uma história de críticas e mudanças de significado. Seu uso corrente continua sem definir, com clareza, o que é; rotula indistintamente práticas econômicas confusamente percebidas. Passa ao largo de um dos aspectos mais importantes do antigo debate. Na da economia informal com a estrutura social, a modernização e a urbanização. Por este motivo, articulam-se as contribuições de Milton Santos, pela a Geografia, e a de Luis Antonio Machado da Silva pela a sociologia, com o pensamento contemporâneo.

2.1. Circuitos da Economia Regional e involução metropolitana

Milton Santos aborda a economia informal mediante a teoria dos circuitos⁴⁶. O termo “circuito” denomina a economia que se forma a partir da segmentação e da diferenciação sócio-econômica metropolitana e regional, que constitui uma rede de cooperação de extensão e localização variáveis, abrangendo a produção, o financiamento, a distribuição e comercialização. Relaciona tanto os consumidores - avaliados segundo seu poder de compra e tipos de necessidades - quanto os tipos de trabalhadores, sua renda e qualificação; as empresas e os empresários, segundo o tamanho e características técnicas e organizacionais, os modos de financiar-se e as características das relações de trabalho e produção, conforme se aproximem ou distanciem das relações monopolistas. Portanto, cada circuito é definido tanto pelo “conjunto das atividades realizadas” e pelo “setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo”⁴⁷.

⁴⁴ Ver Oliveira, 1975 e 1986.

⁴⁵ Lembrar que Janice Pelman introduziu esta questão entre nós.

⁴⁶ Não é incomum a acusação a este autor de dualista. Considero que a Teoria dos circuitos idealtípica, o que inviabiliza aquela objeção.

⁴⁷ SANTOS, 1979, p. 33.

No contexto das metrópoles sul-americanas dos anos, 60 e 70 o autor tipificava dois circuitos⁴⁸ - o superior e o inferior – formalmente opostos, mas não separados⁴⁹ já que o circuito superior é hegemônico. O circuito superior, originado na modernização tecnológica, tem como elemento representativo os monopólios atuando tanto no país quanto no exterior, constitui-se pelos bancos, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, os serviços modernos, atacadistas e transportadores, que atendem ao consumo de elite e de classe média, oferecendo bens e serviços em lugares apropriados. Já o circuito inferior é representado pelas atividades de interesse das populações pobres, localizadas em certas áreas da metrópole. Surge das necessidades dos habitantes conforme sua renda e distribuição no espaço urbano. É composto por formas de fabricação não-capital-intensiva, pelos serviços não-modernos, fornecidos a varejo pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão⁵⁰.

Pode existir ainda um circuito intermediário que Santos denomina Circuito Superior Marginal⁵¹, originado da sobrevivência de formas técnicas e organizacionais menos modernas ou da resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Suas atividades podem destinar-se a atender necessidades da atividade do circuito superior ou do circuito inferior. A ambivalência pode fazê-lo complementar ou rival do circuito superior conforme a conjuntura e a área de atuação⁵². Possuidor de características mistas ou intermediárias opera, em verdade, junto ao Circuito Superior na medida em que ambos “utilizam a cidade como mercado unificador da mão-de-obra, economias externas, de capital e um lugar de consumo”⁵³. Os dois “pretendem inserir-se na chamada economia urbana moderna”⁵⁴. A diferença consiste em que o Circuito Superior por sua estrutura econômica e financeira cria consumo. Enquanto o Circuito Superior Marginal trabalha e se funda em parâmetros modernos, mas responde a necessidades locais de consumo já existentes. Seus preços são mais elevados e balizam os praticados no Circuito Superior, aumentando os

⁴⁸ A noção de circuitos opostos pode ser criticada desde a perspectiva adotada por Oliveira (1975; 1983), tomo, contudo, a noção de circuito como tipo ideal.

⁴⁹ já que o circuito inferior articula-se em algum ponto - geralmente o financiamento.

⁵⁰ O aparente dualismo desta explicação desaparece pela descrição realista dos elementos efetuada por Santos, capaz de identificar as relações e a dinâmica operante. Numa escala supralocal, a relação entre os circuitos se dá pela via financeira - no nível mais elevado - enquanto na, escala regional, ocorre pelos transportes, os atacadistas e os serviços. Tal relação contribui, igualmente, para o desenvolvimento econômico regional, mas assume a aparência de consumo, comércio, produção e organização opostos àqueles da atividade moderna da economia urbana.

⁵¹ SANTOS, 1990b, pp. 35-6.

⁵² SANTOS, 1979, p. 246.

⁵³ SANTOS, 1979, p. 246.

⁵⁴ SANTOS, 1990b, p. 35.

lucros⁵⁵. Por último, o Circuito Superior Marginal pode atuar, também, de forma oposta na medida em que impede a formação de oligopólios.

Em suma, a metrópole unifica e articula processos econômicos diversos e formalmente contraditórios, favorecidos e potencializados pela extensão, diferenciação e a segmentação da metrópole. Nela, a modernização técnica e organizacional - estimulada verticalmente pelos monopólios - é precedida pela formação de necessidades, expectativas de consumo e estilos de vida que não se realizam plenamente. A prosperidade produzida pela mesma é simultânea à proliferação da pobreza que surge de uma grande quantidade de atividades econômicas, das que emergem de uma vasta classe média estimulando o crescimento e a diversificação econômica numa disposição vertical. Portanto, a modernização, em metrópoles extensas e diversificadas, multiplica-se em efeitos locais diferenciados e distantes dos seus primeiros propósitos.

Neste ponto convém lembrar que um fato é muito frisado pelos analistas da reestruturação, através de termos como desregulação, ajuste neoliberal ou simplesmente neoliberalismo: altera-se a relação entre Estado, economia e sociedade. O que poucas vezes recorda-se é que o Estado assume funções de promotor de negócios, não mais estimulando à indústria e o trabalho produtivo, mas na promoção da rentabilidade e da fluidez oferecida pelos lugares capazes de dinamizar a velocidade da circulação econômica: promove-se uma economia de fluxos⁵⁶.

Em poucos lugares a mudança ocasionada pelo estímulo à fluidez é tão visível quanto nas metrópoles. Tornadas ao mesmo tempo, centros de comando e dinamização de redes econômicas globais e lugares do desemprego e de crise: globalizadas e fragmentadas⁵⁷. Cristaliza-se em certos pontos do território “uma lógica correspondente ao novo momento histórico”⁵⁸. Isto é, desenvolvem-se certos espaços capazes de conferir valor a atividades, pessoas e mercadorias, enquanto outros são abandonados a sua própria sorte. Trata-se, segundo Santos (1990a; 1999) de um processo contraditório de “modernização que impõe novas formas de atraso”, de um processo de “involução metropolitana”⁵⁹.

Tais fenômenos demarcam uma nova geografia regional, que permite falar de involução

⁵⁵ SANTOS, 1990b, pp. 35-6.

⁵⁶ SANTOS, 1999.

⁵⁷ SANTOS, 1990a; Ciccolella, 1999.

⁵⁸ SANTOS, 1999^a, p. 22.

⁵⁹ SANTOS, 1990^a, p. 28; SANTOS, 1999, p. 260.

megalopolitana⁶⁰. Os lugares distinguem-se, então, pela capacidade diferenciada de oferecer rentabilidade aos investimentos, pela produtividade espacial⁶¹. Produtividade que pode não ser duradoura já que existe um “exército de reserva de lugares”. Então a competitividade impõe-se também à geografia, ocasionando uma guerra de lugares, através da promoção e da super produção de oportunidades econômicas⁶².

Pode-se afirmar que a reestruturação produtiva corresponde, também, a uma reestruturação sócio-espacial, a uma nova divisão regional do trabalho, na qual a política, ou melhor, as diversas instâncias estatais, concorrem na promoção dos lugares e constituição de condições propícias para promover sua rentabilidade. Uso o termo ‘políticas públicas’ para destacar as ações governamentais que visam à promoção da rentabilidade regional e a atração de investimentos, considerando que contribuem para a estruturação dos mercados regionais de trabalho. Por outro lado, essas políticas estatais e econômicas promovem um re-ordenamento das práticas sócio espaciais, segundo uma nova hierarquia, no caso, novos circuitos.

2.2 Economia e Lugares Sociais

A contribuição de Milton Santos relaciona modernização econômica à formação de uma economia urbana segmentada, que permite ir além do dualismo. No entanto, o ponto limite desta contribuição encontra-se na atribuição dada à pobreza e às necessidades, no surgimento do circuito inferior. A pobreza pareceria ser capaz de produzir tanto agentes econômicos, quanto estimular o surgimento de movimentos sociais, quando as promessas da modernização não se realizassem. Faltam instrumentos para reconhecer e analisar os elementos subjetivos que sustentam a formação da “economia informal” e seu enraizamento sócio-espacial.

A ausência de ênfase em problemas sociológicos é compreensível. Mas, o uso sociológico da categoria ação exige a compreensão dos comportamentos com base nos sentidos da interação social. Significa, reconhecer a existência de dimensões imateriais na ação - crenças e valores - permanentemente atualizados na práxis, como afirma Sahlins (1997). Aceitar que tais ações, relações e instituições sociais atualizam-se através de indivíduos que atribuem à interação social sentidos capazes de produzir padrões e regularidades sociais. E que nenhuma prática

⁶⁰ QUEIROGA, 2001; MAMANI, 2004; DAVIS, 2006.

⁶¹ SANTOS, 1999, p. 197.

⁶² IDEM, p. 199.

social ou fenômeno humano aparece do nada. Sustento, então, que existe um *ethos* (ou *habitus*⁶³) do empreendedor urbano, que consolidou novas práticas no momento da modernização técnica, organizacional e das necessidades de consumo⁶⁴.

Utilizar a noção de *ethos* social na explicação significa assumir uma postura sociológica em relação à problemática da regulação do mercado de trabalho e de sua autonomia. Priorizar, a investigação dos fundamentos culturais do comportamento econômico, considerando com Lautier e Pereira (1994) que “a relação de mercado ao invés de ser uma instância autônoma que determina o social é um procedimento social cujos efeitos são econômicos”. Isto implica – questionar o alcance explicativo da racionalidade econômica, e afirmar que as práticas rotuladas informais têm, de fato, forma definida: seguem padrões e critérios sócio-culturais que escapam aos modelos de pensamento econômico dominantes, permanecendo ocultos ou descritos, somente, por referência às carências, limites e faltas, em relação a modelos idealizados de funcionamento do mundo do trabalho⁶⁵. Disto decorre a perpétua falta de dados e informação para analisar tais práticas.

Desta perspectiva, o problema da regulação dos mercados de trabalho vai muito além da oposição entre regulamentação estatal x desregulação. Os mecanismos de contratação, de formação de grupos e coalizões de empresas não adotam determinações institucionais nem uma lógica puramente mercantil. As relações de contratação, acesso ao trabalho e mesmo de promoção do trabalhador, que estruturam o mercado de trabalho, nada têm de formal e impessoal: são redes sociais⁶⁶ em que relações familiares, de amizades e afinidades pessoais assumem grande importância.

Tais práticas não são detectáveis por estudos estatísticos senão por observações diretas e estudos de trajetórias e de suas representações. Como mostrou Machado da Silva (1971), ainda nos anos 70, a utilização das representações dos trabalhadores permitia conceber o mercado de trabalho, não como cindido e dual, mas como um *continuum* de posições sociais

⁶³ Tomo *ethos* social e *habitus* como sinônimos, à maneira de Bourdieu (1989).

⁶⁴ Uso os termos como sinônimo desde que *ethos* seja compreendido como um elemento do *habitus*. Ver Bourdieu (1989).

⁶⁵ LAUTIER, 1991; MACHADO DA SILVA & CHINELLI, 1997.

⁶⁶ “Maneira pela qual as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo através do qual indivíduos – vistos como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins. O assunto é familiar: na rede social de amigos, parentes e colegas de trabalho; as visitas, barganhas, fofocas e manipulações que ocorrem entre eles; o impacto que todas elas exercem sobre a promoção, a ideologia e o conflito; as etapas que um homem ambicioso percorre para construir um fundo de crédito entre relações proveitosas; e a atuação de cliques as facções constituídas na vizinhança e o local de trabalho”. (Boissevain, 1987, p. 197 – 198).

hierarquizadas, em cujo topo encontram-se o emprego público ou a grande empresa multinacional e, no pólo inferior, trabalhadores pouco qualificados, realizando “bicos” e “biscates”. Cada trabalhador a seu modo explicava sua trajetória como a busca da estabilidade cujo modelo era dado por aquelas formas de emprego mais estáveis. As representações denotam, por sua vez, uma postura ativa, o uso de estratégias e formas de atuação que permitem compensar os limites pessoais por outros recursos, tais como simpatia, humildade e/ou a formação de redes de contatos amplas.

As práticas que estruturam o mercado de trabalho são determinadas de acordo com uma série de aspectos sócio-culturais, tais como ciclo vital e organização familiar ou seja, clivagens etárias: jovens de até 20 anos participariam do mercado não formalizado. Até os 40 anos verifica-se a sua incursão no mercado formalizado de trabalho, e a partir de então, notava-se novamente a mobilidade rumo ao informal, tornando-se, principalmente, micro-empresários⁶⁷.

A mobilidade profissional com clivagem etária visa à estabilidade, apontada por Machado da Silva (1971), mediante um projeto de capitalização da experiência adquirida no emprego, em busca do próprio negócio, sem perda de renda. Nesse projeto, a família ocupa um lugar central já que nela se apóiam as possibilidades de mobilidade, combinando rendas e construindo um patrimônio⁶⁸. Tais fins resultam da operação de uma racionalidade social “indivisa”⁶⁹, que não separava o econômico do residencial e do matrimonial - na qual o econômico é meio para outros fins⁷⁰. E as estratégias utilizadas para atingir esses fins são fundamentais para explicar a estrutura do mercado de trabalho. Para Lautier e Pereira (1994) as estratégias, seriam “escolhas condicionadas e se redefinem constantemente” polivalentes e evolutivas. O seu sucesso depende do grau de controle dos fatores sociais que condicionam as escolhas que são reformuladas constantemente”. Seu fim é a busca da afirmação de um estatuto social que não tem objetivação institucional precisa e sua eficácia social – no caso da estruturação do mercado de trabalho - decorreria de representações compartilhadas do trabalho.

Discorda-se, aqui, dessa concepção. É razoável argumentar que as representações compartilhadas estruturam o mercado de trabalho, pois orientam as estratégias. Tratá-las

⁶⁷ Essa passagem, denominada popularmente “pulo do gato” não possível para todos alimenta expectativas e projetos raramente concretizáveis (CASTRO, apud, LAUTIER e PEREIRA, 1994).

⁶⁸ Lautier (1994, p. 3).

⁶⁹ Refiro-me à não separação da vida econômica da social, aludida por Polanyi com o termo “embedded”.

⁷⁰ Segundo Bourdieu (1989, p. 63) tanto essa racionalidade social quanto os projetos implícitos e coerentes são acionados pelo habitus ou ethos social, podendo ser eficazes sem serem objeto de cálculo econômico.

como escolhas condicionadas pouco altera o esquema do mercado auto-regulado ainda mais quando se concebe, como Lautier, que os projetos buscam um estatuto não institucionalizado⁷¹. Considera-se que a busca de ascensão social e do enriquecimento, aliados a alguma forma de estabilidade profissional e de reconhecimento social, constituem expectativas com ampla presença entre os trabalhadores formais e informais⁷².

Inspirado em Certeau (1999), é possível falar de estratégia, quando estejam em jogo a posição ou o lugar social e de táticas, quando se tratar da maximização de oportunidades. As táticas são os instrumentos de transformação e capitalização da mudança, sem ganhos de posição: reconversão. Tais termos permitem por em evidência o sujeito como agente interessado e ativo portador de projetos moldados na interação ou inter-relação social. Ambos os termos permitem a realização de uma análise mais afinada da ação⁷³.

Considera-se, então, que as regularidades geográficas, sociológicas e históricas, verificadas na economia informal, sustentam-se na crença compartilhada da legitimidade de uma ordem ou forma de proceder, num ethos social que as representações, avaliações, fins, táticas estratégias manifestam-se.

Conclusão

Há falta de dados sobre a economia informal na Região Norte Fluminense e isto não se deve à ausência de informação estatística adequada, mas, antes, ocorre principalmente pela opacidade do termo. O uso do mesmo denota desconhecimento quanto à natureza dos fenômenos arrolados. Por outro lado, sua incorporação ao referencial das políticas sociais plausíveis, seguindo a tendência internacional, significa um retrocesso teórico e o desperdício da experiência acumulada no Brasil que constitui uma contribuição nacional à Sociologia Econômica.

Fazendo justiça àquela contribuição consideramos que o estudo da economia informal em Campos dos Goytacazes e na região Norte Fluminense deve ser compreendido como:

⁷¹ Ver Lautier & Pereira, 1994.

⁷² MACHADO DA SILVA; 1971; MAMANI, 2004.

⁷³ Considera-se, aqui, que estes projetos encontram-se incorporados no *habitus*. Conceito que permite encontrar uma coerência nas práticas sem que haja necessidade de discursos.

1) inserindo-se num processo de involução megalopolitana. Trata-se de um processo de modernização, diferenciada sócio-espacialmente. Consiste na proliferação de circuitos econômicos segmentados e hierarquizados que têm como indicadores privilegiados, os transportes, o comércio e a construção.

2) As políticas públicas pouco incidem sobre estas práticas. Assim, podem ser considerados mercados não regulados. Há que se levar em consideração que os mercados de trabalho e atividades organizam-se e estruturam-se em práticas que produzem certos padrões de operação e regularidades, que poderemos considerar regulações sociais.

3) Que mais que a regulação política ou uma economia autônoma, a esfera da reprodução contribui à estruturação dos mercados de trabalho, mediante operação de projetos, táticas e estratégias dos sujeitos sociais, articulado por um *habitus* que denomino aqui do empreendedor popular mais facilmente detectável na economia informal.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. et al. *Reestruturação produtiva trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país*. Rio de Janeiro: PPGS/IFCS/UFRJ, 1995. Projeto.

_____. *Reestruturação produtiva trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país*. Rio de Janeiro: PPGS/IFCS/UFRJ, 1998. Relatório Final.

AGLIETTA, M. A *Theory of Capitalism Regulation: the US experience*. translated by David Fernbach. Londres: NLB, 1979.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BENETTI, P. C. *Da migração à mobilidade da força de trabalho: o trabalho clandestino: estudo de caso, Campos-RJ*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1985. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

BOISSEVAIN, J. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. New York: St. Martin's, 1974.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1987.

BOURDIEU, P. *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil. 2000.

BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAPECHI, V. "La Economía Informal y el Desarrollo de la Especialización Flexible en Emilia Romagna". In: PORTES A.(Org.). *La Economía Informal en los Paises desarrollados y en los Menos Avanzados*. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.

CARVALHO, A. Mota de (Coord). *Estrutura, dinâmica espacial e qualidade de vida da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense*. Campos dos Goytacazes: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Relatório Final.

CASTELLS, M. & PORTES, A. "World Underneath: the Origins, Dynamics and Effects of the Informal Economy". In: PORTES, A., CASTELLS, M. & BENTON L. A. (orgs.). *The Informal Economy*. Baltimore & Londres: The Johns Hopkins Univ. Press, 1989.

CEFET. A "Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan/1997 - dez/2004". *Boletim n° 13*. 2005.- Disponível em www.cefetcampos.br/observatorio/nossas_publicacoes.html

CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Aves. 4ª ed Petrópolis. Vozes, 1994.

DAVIS, M. *Planet of Slums*. London, New York: Verso, 2006.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HARVEY, D. *A Condição Pós-moderna*. 7a. Edição. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1998.

LA ROVERE, R. Lèbre & CARVALHO, René Louis de. *Estudo de Configurações Produtivas Locais: o caso de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2005. Disponível em <http://www.ie.ufrj/eventos/seminários>. Acesso em 20 out. 2006.

LAUTIER, B. "Les Travailleurs n'ont pas la forme. Informalité des relations de travail et

citoyenneté en Amérique latine". In: LAUTIER, B., MIRAS C., MORICE A.(orgs.). *L'Etat et l'informel*. Paris: l'Harmattan, 1991.

LAUTIER, B. & PEREIRA, J. M. "Representações Sociais do Mercado: empregadas domésticas e operários da construção na América Latina". *Cadernos CRH*, no 21, 1994 pp. 125 – 151.

LAUTIER, B. *Formes de Employ et exclusion Social. Quelques Conjectures a propos des années 90 en Amérique Latine*, S. D , mimeo.

LEMOS, L. Miranda. "Investigação sobre o Perfil do Trabalho Informal em Campos: um Enfoque sobre os Trabalhadores de Rua (Camelôs)". *Boletim técnico 3*. Campos dos Goytacazes: Observatório Socioeconômico Maio/2001.

MACHADO DA SILVA, L. A. & CHINELLI, F. "Velhas e Novas Questões Sobre a Informalização do Trabalho no Brasil Atual". In: MACHADO DA SILVA, L. (org.) *Qualificação e Informalidade*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e da Educação (IEC) Ano II, nº 1, 1997.

MAMANI, H. A. *Transporte Informal e Vida Metropolitana: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90*. – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

MACHADO DA SILVA, L. A. *Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade*. PPGAS/UFRJ, 1971. Tese (Mestrado em Antropologia).

MINGIONE. E. *Las sociedades fragmentadas*. Una sociología de la vida económica más allá del paradigma del mercado, Madrid :Ministerio del Trabajo y Seguridad Social,1993.

NETO, R. Silva. "A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan/1997 - dez/2004". *Boletim técnico 13*. Campos dos Goytacazes: Observatório Socioeconômico, Abril/2005.

NETO, A. de F. P. & AJARA, C. "Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense". Anais do VX Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, setembro de 2006. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_795.pdf. Acesso em 20 out.2006.

NORONHA, E. G "Informal", Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS*. Vol. 18 nº. 53 out. 2003. pp 111-129.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense,1989.

OIT. *Employment, income and Equality: a strategy for increasing productive employment*. Genebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, F. “O Estado e o Urbano no Brasil”. *Espaço e Debates*. no 6, 1982.

_____. “A Economia Brasileira: Crítica á Razão dualista”. In: *Seleção CEBRAP 1: Questionando a economia brasileira*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense. 1976.

PIORE, M. & SABEL, C. *The Second Industrial Divide: possibilities of prosperity*, New York: Basic Books, 1984.

PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p. 219-237.

PRZEWORSKI, A. “A organização do Proletariado em Classe: o processo de formação da classe”. *Capitalismo e Social-democracia*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

QUEIROGA, E. F. *A megalópole e a Praça: o espaço entre a razão e a dominação*. São Paulo: PPGU/USP, 2001. Tese (Doutorado em Urbanismo).

RIBEIRO, A. C. Torres. *Cartografia da Ação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004. Projeto.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Tradução de Bárbara Sette, Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

SANTOS. M. A. *Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo Razão e emoção. São Paulo: Huitec, 1999.

_____. ”Involução Metropolitana e economia segmentada. O caso de São Paulo”. In: RIBEIRO, A. C. R. & MACHADO, D. P. (orgs.) *Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. 1990 a.

_____. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo: Nobel, 1990b.

_____. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Tradução de Myrna T. Rego Viana, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVA, E. Tavares da & CAVENAGHI, S. “Mercado de trabalho e diferenciais por sexo em Campos dos Goytacazes e Macaé”. Anais do *VX Encontro Nacional da ABEP*, Caxambu, setembro de 2006. Disponível em <http://www.abep.org.br/fotos/ProgramacaoFinal2006Pagina.pdf> Acesso em: 20 out 2006.

SINGER, P. “Um olhar diferente sobre a Economia Solidária”. In: FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, JL. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

| SOTO, H. de. *A Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: O Globo, 1987.

SOUZA E SILVA, J de. & BARBOSA, J. L. O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. *Boletim da Social Democracia Sindical (SDS)*, p.9. Novembro, 2001. Disponível em http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF. Acesso em 01 set.2006.

| TAVARES, M. A. “O Trabalho Informal Deslocado da Economia para a Assistência Social” *O trabalho Necessário*, anos 4 número 4, 2006 Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Maria%20Augusta%20TN4.htm>. Acesso em 01 set.2006.

TOURAINE, Alain. *Le retour de l'acteur*. Essai de Sociologie. Paris: Fayard, 1984.